

## POR TRÁS DA LONA PRETA: NECROPOLÍTICA E DESLIZAMENTOS EM SALVADOR

Jilvana Ferreira da Silva Souza<sup>1</sup>  
Grace Bungestab Alves<sup>2</sup>

### RESUMO

Os deslizamentos são processos naturais que se configuram em riscos quando afetam a sociedade. Em Salvador, tais ocorrências são históricas e geram perdas materiais e vítimas fatais. Em resposta, por um longo período de tempo, a principal política preconizada pelos órgãos públicos foi a colocação de lonas nas encostas onde reside, principalmente, a população negra. Em função disso, surgiu a pergunta: os deslizamentos em Salvador seriam uma questão de Necropolítica? No intuito de responder a questão, sob a ótica da Geografia Física Crítica, apresentaremos neste artigo uma breve análise dos documentos institucionais que se debruçam sobre a temática: Plano Diretor de Encostas, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Propostas de indicação da câmara de vereadores. Realizamos a busca por “encosta” no diário oficial da Câmara de vereadores dos anos de 2011 a 2021 e dos procedimentos e recomendações da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo. Constatamos que as intervenções ocorrem de forma emergencial, seletiva e de acordo com o interesse e a conveniência de gestores públicos que desrespeitam o Plano Diretor de Encostas, as recomendações de especialistas e da Justiça. O poder público utiliza da situação de risco para captação de recursos do governo federal, mas escolhe o que fazer com as verbas, quais territórios devem receber intervenção e, por fim, decide quem deve morrer.

**Palavras-chave:** Geografia Física Crítica, Movimentos de massa, Políticas públicas, Racismo.

### ABSTRACT

Landslides are natural processes that are risky when they affect society. In Salvador, these occurrences are historical and generate material losses and fatalities. In turn, for an extended period, the central policy driven by public agencies was based on placing tarps to cover slopes where mostly black people live. Due to these policies, the following question arose: Would the landslides in Salvador be a question of Necropolitics? Aiming to answer this question, under the lens of Critical Physical Geography, this paper brings a partial analysis of official documents that lean over this subject: Plano Diretor de Encostas, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, proposals for nominating from the City Council of Salvador based on searches for slide (encosta on Portuguese) in the official journal of the City Council for the years 2011 to 2021 and the proceedings and recommendations made up by the Environment, Living and Urbanism Prosecutor. Finally, we show that the interventions occur in an emergency and selectively according to the interest and convenience of public agents who disrespect the Plano Diretor de Encostas, specialists, and justice recommendations. Public agencies use this situation to fundraise from the Federal Government, but they choose what to do with the money, which places will receive the intervention, and finally decide who should die.

---

<sup>1</sup>Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, [jilvanafsouza@gmail.com](mailto:jilvanafsouza@gmail.com);

<sup>2</sup>Professora orientadora, Doutora em Geografia Física, Universidade Federal da Bahia - UFBA, [alves.grace@ufba.br](mailto:alves.grace@ufba.br)

**Keywords:** Critical Physical Geography, Mass Movements, Public policies, Racism.

## INTRODUÇÃO

A Geografia Física Crítica (GFC) é uma ferramenta de análise que busca integrar sociedade e natureza. Essa compreensão parte do entendimento de que os processos sóciobiofísicos são resultados de fatores físicos, estudados pela geologia e hidrologia, por exemplo, como também por fatores sociais, tais como as relações desiguais de poder, o legado do colonialismo, das disparidades raciais e de gênero (LAVE et al., 2019). O termo ‘crítica’ da GFC não necessariamente coaduna com a crítica da Geografia Humana marxista de 1970, mas refere-se a atenção exercida para realizar pesquisas de forma a criticar os processos socioeconômicos que permeiam as paisagens sem trazê-los como um fator homogêneo, com pesquisas que não visem apenas descrever as paisagens, mas discutir como elas deveriam ser (LANE et al., 2018).

A GFC abrange uma gama de tópicos ambientais, procedimentos, métodos de pesquisa e epistemologias, no entanto, as pesquisas estão pautadas em três pilares (LAVE et al., 2018). Primeiro, as paisagens são estudadas a partir do entendimento de que são moldadas e envolvidas por ações humanas e relações estruturais de poder que atravessam questões complexas como de raça, gênero e classe. A GFC se debruça sobre paisagens indesejáveis (crappy landscapes, em inglês), ou seja, aquelas impactadas pela ação humana e por vezes preteridas nos estudos de geografia física. Além disso, as relações de poder que moldam as paisagens também moldam quem as estuda e como são estudadas. Isso porque pesquisadores são humanos que fazem parte da natureza e sua cosmovisão o acompanha em suas pesquisas (URBAN, 2018), este é o segundo fundamento. Por fim, com a GFC há o reconhecimento de que as pesquisas têm implicações nas paisagens e nas pessoas. Nossas pesquisas têm consequências políticas inevitáveis, seja diretamente através de nossas escolhas, ou indiretamente através das consequências de nossas escolhas. Por isso, para a GFC o discurso de ciência neutra e livre de ideologia já é em si uma ideologia. Concluímos que a GFC nos permite entender como os sistemas e processos funcionam, por que os sistemas ambientais funcionam da maneira que funcionam e como nós, como geógrafos, podemos nos tornar mais criticamente engajados em influenciar ou mudar essas interações (URBAN, 2018).

Dessa forma, a GFC se torna uma possibilidade de abordagem para discutirmos os movimentos de massa no contexto urbano brasileiro. Os deslizamentos são processos naturais

na evolução da paisagem e são observados nas vertentes (GUIMARÃES et al., 2008), mas são considerados riscos quando sentidos e percebidos por uma população humana, podendo lhe causar algum dano (VEYRET, 2007), fato recorrente em algumas cidades brasileiras. O risco varia conforme o grau de vulnerabilidade da população exposta, sendo a vulnerabilidade aqui entendida como um processo que torna uma população mais exposta a sofrer algum tipo de agravo (ACSELRAD, 2006).

Nesse cenário de risco, o município de Salvador se destaca por possuir quase metade de sua população residindo em áreas de risco a deslizamentos (IBGE, 2018). Estamos falando de uma população caracterizada por ser majoritariamente negra (83,1%), chefiada por mulheres, e com renda de até dois salários-mínimos (ROSSI et al., 2021, p.223), que exercem atividades no setor informal e residem em condições precárias (GOMES et al., 2021). População que foi destinada pelo poder público para os bairros mais suscetíveis a deslizamentos da cidade sem que estas ocupações se dessem acompanhadas de infraestrutura adequada, via reforma urbana racista (SOUZA, 2021). A partir da crescente ocupação sem infraestrutura e sem orientação técnica aliada às intervenções urbanas – principalmente de cunho político – esta população está sujeita a eventos recorrentes de deslizamentos que levam a óbito dezenas de vidas (SOUZA, 2021).

Os dados apresentados partem do trabalho de conclusão de curso da primeira autora que analisou a suscetibilidade a deslizamentos e vulnerabilidade social de Salvador, e apontam que há um processo de vulnerabilização e segregação, sobretudo da população negra. Assim, a partir da compreensão de que a gestão do risco traduz escolhas políticas (VEYRET, 2007), levando em consideração que as ocorrências de deslizamentos com vítimas fatais são históricas na cidade e que o poder público, até recentemente, utilizava/utiliza lonas pretas nas encostas como política de mitigação do risco, surge a pergunta: a gestão dos deslizamentos em Salvador seriam uma questão de Necropolítica? Avançando nesta discussão, trazemos aqui os resultados da dissertação que se debruça sobre a análise das políticas públicas, dos planos e dos programas voltados às questões de deslizamentos no município, com o propósito de descortinar a gestão racista e mercadológica promovida pelo poder público. De modo a fomentar a discussão e fornecer subsídios para a tomada de decisões, mitigação de eventos de deslizamento, promoção de políticas públicas de ações afirmativas, e, em última instância, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população negra soteropolitana.

## **METODOLOGIA**

O trabalho está inserido dentro da linha da Geografia Física Crítica (LAVE, 2019) e foi construído seguindo os níveis propostos por Libault (1971): compilatório, correlatório, semântico e normativo.

No nível compilatório foi realizado o levantamento e seleção de bibliografia, de bases cartográficas e pesquisa dos principais documentos, programas e ações de gestão das encostas e deslizamentos em Salvador, a saber: Plano Diretor de Encostas (PDE), Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Propostas de indicação da câmara de vereadores a partir da busca por “encosta” no diário oficial da Câmara de vereadores dos anos de 2011 a 2021, procedimentos e recomendações da Promotoria de Justiça do Meio ambiente, Habitação e Urbanismo do Estado no período de 2012 a 2021 e análise das propostas do executivo municipal.

No segundo nível foram realizados a correlação dos dados com a produção de mapas, gráficos e tabelas. No nível semântico, a análise e interpretação dos mapas produzidos e o desenvolvimento do texto, e o nível normativo com a finalização do trabalho e proposição de ações.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O estado é uma figura criada pelos humanos que se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade e está bem aparelhado para defender e satisfazer as exigências do modo de produção capitalista (HARVEY, 2005). Se por um lado, a construção histórica do estado tem sido colonial e patriarcal, como um conjunto de aparatos burocráticos-administrativos, militares, jurídicos-normativos com fim de garantir as condições de reprodução e acumulação do capital, por outro lado, os estados também são resultados de lutas pela democratização e conquista de direitos (MARTÍNEZ et al., 2016).

No entanto, lutas e disputas dentro do estado se apresentam como assimetrias, pois como é indispensável para atender as exigências das grandes corporações e do capital financeiro, o estado atua segundo critérios empresariais de rentabilidade e isso baseado na produção da indiferença e em normas a partir de lógicas empresariais (MBEMBE, 2014). Para garantir seu domínio, o estado cria estratégias, como a aparência de independência e

autonomia em seu funcionamento. É assim que os funcionários do estado se apresentam como órgãos da sociedade e acima dela, um poder separado que é garantido por meio de leis e decretos especiais (HARVEY, 2005).

Quando necessário, para garantir sua hegemonia e reafirmar sua “neutralidade”, o estado fornece algumas concessões à população, mas que não tocam no essencial (HARVEY, 2005). Tais concessões materializadas em programas e ações que reproduzem a colonialidade, na medida em que se apresentam como favores, auxílios “aos mais carentes”, meios, por vezes, utilizados como formas de clientelismo (MARTÍNEZ et al., 2016).

Para atender o mercado, os territórios passam a se distinguir pela capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Milton Santos chama para a guerra de lugares que seria a competição interlocal para atrair mercado, seja ele de produção ou de consumidores (2014). São oferecidas vantagens tanto em função das condições locais, como equipamentos, infraestrutura, como em função de sua organização, leis locais, impostos, relações trabalhistas (SANTOS, M., 2014, p. 247). Por isso o papel do Estado se reafirma ainda mais, sendo ele quem cria e altera leis, concede isenções de tributos, provê de bens públicos e infraestruturas sociais e físicas necessários à produção e troca capitalista (HARVEY, 2005).

Os lugares se especializam tornando-se singulares através da criação de centros culturais, paisagens agradáveis, mas, ao mesmo tempo, passam a obedecer uma lógica totalizante (SANTOS, M., 2014). A cidade se transforma em mercadoria ao ser vendida e o marketing urbano passa a ser um importante fator no planejamento e na gestão urbana (VAINER, 2000). Essa gestão ocorre via um ideário colonial burguês de aparências. Isso porque modernizar-se significa apenas garantir sua colonialidade (IBÁÑEZ, 2016). Assim, as cidades concentram todo aparato metropolitano às aparências, dada a necessidade de parecer “colonizado”, “branco”, com uma gestão que se apresenta mais pelo o que se quer ser (SODRÉ, 2002).

Nessa seara, a legislação urbana passa a ser disputada e reorientada para atender os agentes e interesses (FIGUEIREDO, AMORIM E MOREIRA, 2019). Assim surgem mecanismos como as Parcerias Público Privadas no intuito de regular os espaços. Os espaços da cidade são selecionados e elitizados, “requalificados”, modificados para atender aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política (SANTOS, M., 2014).

Dentro do período do meio técnico científico informacional, Milton Santos chama de tecnoesfera o reino dos objetos que manifestam interesses distantes no espaço.

Tais intervenções, que são verticais e destoam do entorno, obedecem regras de atores hegemônicos, por isso estão a serviço de quem tem “os bastões de comando” (SANTOS, M., 2014).

Além da tecnoesfera, é necessário a produção de imaginários, uma psicoesfera. Esse é o reino das ideias, crenças e lugar da produção de um sentido que vai fornecer regras à racionalidade e estimular imaginários (SANTOS, M., 2014). É a ideologia que está na estrutura do mundo e também nas coisas, produzindo símbolos que compõem o real e tomam a forma de objetos, sendo um constitutivo da história do presente (SANTOS, M., 2014). É a ideologia que permite influenciar a educação e controlar o fluxo de informações e ideias. Isso ocorre porque a classe dirigente é quem controla os meios de comunicação e a produção de ideias de sua época (HARVEY, 2005).

Harvey (2005) aponta que a ideologia é uma das estratégias que garante a manutenção do Estado, no qual os interesses de classe são colocados como de interesse universal. Sabemos que os interesses universais, as noções de justiça, segurança, igualdade e direito são apresentados como direitos humanos universais, no entanto, não se aplicam a todos os humanos (MBEMBE, 2014). Isso porque o estado atua como protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho (HARVEY, 2005). Para tanto, os governos locais promovem noções de civilidade e sentimentos de pertencimento no intuito de garantir a coesão e aprovação da população no atendimento de obras e serviços visíveis, seja de caráter monumental e simbólico ou supostamente destinados a melhorar a qualidade dos espaços públicos (CASTELLS e BORJA, 1996).

Nesse sentido, temos o conceito de psicoesfera que é o discurso e imaginários criados para justificar a segregação, as injustiças, a indiferença e o abandono de uma massa de gente que se vê obrigada a viver em situação de flagelo, sendo responsabilizadas individualmente por problemáticas raciais e socioambientais, enquanto o Estado atende aos interesses capitalistas. Dito de outro modo, pensar as cidades capitalistas e a atuação do estado no contexto brasileiro é reconhecer o racismo e a segregação como parte dessa totalidade, pois as cidades não seriam o que são se não existissem os processos de exclusão dos grupos não dominantes (CAMPOS, 2012).

É por meio da psicoesfera que a construção do conceito de raça vai se constituir enquanto um dos alicerces do capitalismo. A raça, longe de ser uma categoria biológica, é

uma construção social, histórica e política, fruto de teorias, interesses e discursos sociais (CIRQUEIRA, 2010). Esse conjunto de ideias baseadas na hierarquização de raças originam o racismo, e esse aparece aqui como uma tecnologia para permitir o exercício do direito sobre a vida e a morte do outro.

Mbembe (2018) destaca que não há funcionamento do Estado moderno sem racismo. Ele chama de Necropolítica a criação de mundos de morte na qual algumas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’ (MBEMBE, 2016). O autor reconhece a política como uma forma de guerra e, nesse sentido, questiona qual seria o lugar atribuído à vida, à morte e ao corpo humano, e de que modo os corpos estariam inscritos nesta ordem de poder. Sendo o racismo aquilo que valida as funções assassinas do Estado.

No mesmo sentido, a partir da ecologia decolonial, Ferdinand chamará de Política do Ciclone Colonial as catástrofes ocorridas neste período do capitalismo, que são em parte naturais, mas, sobretudo, resultado de certas formas de habitar a terra que são resultantes de construções sociais, modelos econômicos e escolhas políticas que aumentam as desigualdades e exacerbam as relações de poder (FERDINAND, 2022). Segundo o autor, essas catástrofes se transformam em eventos lucrativos que reforçam os fundamentos coloniais do mundo, incrementam a riqueza dos senhores e exacerbam as sujeições e perturbações dos escravizados. Aqui, concordamos que as dezenas de mortes de pessoas negras ocorrem por estes terem sido transformadas em Outros (MBEMBE, 2014). Mas, também por estarem inseridos na lógica capitalista de segregação e exclusão na qual os Estados, ou aqueles que detêm os instrumentos de poder, renegam populações à condições precárias de vida e exercem políticas de mortes por meio da ação ou da omissão no atendimento de políticas sociais, a favor dos interesses de mercado.

Por isso, chamamos de Necropolítica a ação instrumentalizada e seletiva para promover a interrupção da vida do Outro. Sendo os conceitos de tecnoesfera e psicoesfera propostos por Milton Santos (2014) os dois pilares de execução da política de mortes na qual o Estado é o principal responsável. A tecnoesfera que se refere a instalação de equipamentos e instrumentalização técnico-científica no espaço de forma seletiva para atender aos interesses capitalistas, em detrimento das demandas da população. A psicoesfera que produz e reproduz um imaginário de negro como um ser não detentor de humanidade, além da naturalização do risco como fator estritamente natural e inevitável.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Salvador tem um histórico de não acatar às alterações propostas pelo Estatuto da Cidade para promover uma gestão democrática da Cidade, o que se manifesta nas ilegalidades e necessidade de judicialização de planos diretores municipais, como os de 2004, 2008 e 2012 (PINHO, 2017). Nessa mesma dinâmica, foi criado em 2004 o Plano Diretor de Encostas (PDE), a partir de determinação do próprio Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador de 2004 e do Estatuto da Cidade criado em 2001.

O PDE se constituiu em um importante instrumento de análise do panorama geral das áreas de riscos em Salvador e previa planejamento de ações para um horizonte temporal de 10 anos, quando deveria ser atualizado, se configurando como uma ferramenta extremamente importante para o enfrentamento dos deslizamentos. O documento foi organizado em inventário, diagnóstico, prognóstico e plano de ações. Foram identificadas mais de 400 áreas de riscos, com 90 setores de muito alto risco e alto risco (SALVADOR, 2004), a partir de uma matriz hierárquica construída através do método de análise de multicritérios AHP (Analytic Hierarchy Process) visando o estabelecimento prioritário de áreas a serem atendidas segundo o plano de ações.

Com o inventário físico ambiental foi identificado que as características geomorfológicas são as que influenciam na ocorrência de eventos, com destaque para as áreas de maior declividade associada às zonas de falhas e lineamentos estruturais. Além de cabeceiras de drenagem (SOUZA, 2021). No entanto, diante de características semelhantes, sobretudo topográficas, outras cidades brasileiras não apresentam tantas ocorrências (ZANGALLI e ALVES, 2021). Conforme aponta o Cemaden (2022) os riscos de deslizamentos em Salvador, assim como em outras capitais do Nordeste, ocorrem em função da alta taxa de ocupação em encostas sem infraestrutura de contenção e não pela alta suscetibilidade.

O exemplo mais representativo são as encostas adaptadas e/ou condicionadas ao avanço da erosão do bloco alto da Falha de Salvador, um conjunto escarpado entre a Vitória e o Parque de São Bartolomeu (SALVADOR, 2004). Trata-se de linha de cumeada contínua e vertente com alta declividade e circulação hídrica favorável à saturação do talude devido às



descontinuidades dos materiais. O próprio PDE ao citar no mesmo grupo a Vitória e São Bartolomeu evidencia que a suscetibilidade não é a causa dos deslizamentos.

Milton Santos diz que porções do território com as mesmas condições naturais serão diferenciadas a partir de aparatos técnicos (SANTOS, M., 2014). O bairro da Vitória, um dos metros quadrados mais caros e com maior concentração de brancos da cidade, está situado nessa “área de risco”. No entanto, o estado e o mercado imobiliário alocaram a infraestrutura adequada para as construções de alto padrão ali instaladas. Na outra ponta, São Bartolomeu, bairro negro, pobre, e sem os equipamentos adequados, possui recorrentes eventos de deslizamentos.

O Plano Diretor de Encostas representou um importante avanço no entendimento das encostas do município, com informações detalhadas de aspectos físicos e ambientais das áreas de risco, bem como da condição socioeconômica da população. No entanto, o documento não teve suas recomendações colocadas em prática. O exemplo mais representativo é o da Avenida do Contorno, cartão postal da cidade, território tombado como de Proteção Rigorosa e de Proteção Cultural e Paisagística, identificada no PDE como de muito alto risco e onde reside uma população majoritariamente negra, mas até o ano de 2019 não havia realização de obras de contenção, exceto no terreno do ex-jogador Toninho Cerezo (PJ MAHU, 2021). Além disso, o PDE deveria ter sido atualizado pela primeira vez em 2014, mas já conta com dezenove anos sem atualização, incluindo o banco de dados que deveria ter atualização regular (PJ MAHU, 2021).

A partir de 2010 ocorreram algumas mudanças significativas no país em relação aos desastres naturais, impactando na atuação dos municípios frente aos eventos geo-hidrológicos (BRASIL, 2022). Foi criada a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, Lei Federal nº 12.608/2012 (BRASIL, 2012), delineando o protagonismo do Município no enfrentamento dos riscos de desastres. Assim, passa a ser competência do município incorporar as ações de proteção e Defesa Civil, mapear as áreas de riscos e desastres, realizar simulações, atualizar mapa das áreas de risco, construir plano de mitigação e eliminação do risco (BRASIL, 2012). Nesse sentido, o Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador de 2016, no artigo 22, define áreas impróprias para ocupação humana (SALVADOR, 2016). O plano prevê apenas a remoção da população e não cumpre a determinação da Lei Federal 12.608/2012 de mapear os setores em riscos, suas ações mitigadoras e propor diretrizes de encaminhamento.

A Promotoria Estadual de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (PJ MAHU) tem sido acionada para atuar nos casos de deslizamentos. Devido às recorrentes demandas da população, obrigada por lei a agir, a promotoria iniciou a partir de 2012 um extenso trabalho sobre territórios em riscos, convocando especialistas para construir recomendações à prefeitura.

Com a abertura do inquérito foi possível entender a situação. Embora o PDE tenha sido criado em 2004, no ano de 2010 a prefeitura recebeu 2,5 milhões em verbas do Governo Federal para criação de 115 contenções de encosta, verba esta que foi devolvida por falta de aplicação. Além disso, o convênio com o Ministério das Cidades foi suspenso por suspeita de superfaturamento em obras (da gestão municipal anterior) (PJ MAHU, 2021). A Defesa Civil, que existe em Salvador desde 1976 (CODESAL, 2023), em 2012 não possuía capacidade de atender a população sequer em condições de normalidade (PJ MAHU, 2021).

Com o inquérito de 2012 também foi identificado que o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais transmitia os alertas para o município de Salvador e tais informações não eram repassadas para a população de forma adequada (PJ MAHU, 2021). Não havendo fomento à educação e percepção de riscos, uma vez que as informações eram apresentadas de forma genérica por meio televisivo, solicitando à população que realizasse sua autoproteção retirando-se das casas em riscos. Além disso, o número para atendimento de emergências, 199, não atendia ligações de aparelho celular (PJ MAHU, 2021).

Após a abertura do inquérito, foram realizadas algumas audiências públicas. Tais reuniões, sem participação popular, contaram com a presença de representantes de secretarias municipais, coordenadores da Defesa Civil Estadual e Municipal, da Caixa Econômica Federal, do Conselho Regional de Engenharia da Bahia, da Escola Politécnica da UFBA, da GEOHIDRO (empresa que elaborou o PDE), e da GERMEC (entidade não-governamental).

Após isso, foi gerada a recomendação nº 1/2013 encaminhada ao prefeito e ao secretário de Infraestrutura e Defesa Civil. As principais recomendações contidas no documento foram:

- Necessidade de atualização do Plano Diretor de Encostas a partir de termo de referência elaborado por especialistas visando aperfeiçoar o uso de recursos públicos,

com coleta e sistematização de dados já existentes e mais recentes, de órgãos como IBGE e CPRM. Além disso, foi pedido atendimento absoluto da realização de projetos para as 120 áreas identificadas no PDE como de alto risco;

- Elaboração de Plano Diretor de Alagamento e drenagem;
- Elaboração de Plano de contingência para orientar as ações de preparação e resposta, caso o evento adverso venha a se concretizar;
- Implantação de sistema de alerta, com monitoramento em tempo real e a realização de simulações para que a população saiba o que fazer nos momentos de emergência;
- Reestruturação da Defesa Civil com ampliação, aperfeiçoamento do quadro técnico – concurso público para contratação de engenheiros especialistas em geotecnia, drenagem e cálculo estrutural, arquitetos, urbanistas e assistentes sociais;
- Análise de viabilidade para criação da Fundação GeoSalvador (com base na Fundação GeoRio) que teria como objetivo centralizar os esforços para enfrentamento dos riscos geológicos, com dotação orçamentária, corpo técnico multidisciplinar e capacidade para elaboração de projetos, fiscalização de obras, incluso o processo licitatório.

Mesmo com este panorama e as recomendações encaminhadas, a prefeitura não acatou as solicitações até o ano de 2015, quando ocorreu uma tragédia que culminou em dezenas de mortes, tragédia esta já anunciada pelo descaso. Como nos relembra Ferdinand (2022, p.86) “ora, as catástrofes não são nem “naturais” nem politicamente neutras, tanto em suas causas como em suas consequências”. Após o desastre que vitimou 22 pessoas, a promotoria convocou nova audiência, ampliando a reunião com especialistas de outras cidades com históricos de movimentos de massas. A reunião possibilitou a criação da aditiva de nº 2/2015 ampliando e aperfeiçoando a recomendação nº 1/2013. Tais recomendações foram encaminhadas aos órgãos públicos e como descreve a promotora tiveram resposta “lacônica” (PJ MAHU, 2021). Contudo, as audiências da promotoria com representantes dos órgãos continuaram, até que em 2018 foi possível identificar alguns avanços:

- Criação do Centro de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil (CEMADEC), para monitoramento meteorológico, ampliação da rede de pluviômetros e realização de simulados de riscos nas comunidades de Pedro Ferrão (Baixa Fiscal), Mamede (Alto da Terezinha), Bom Juá/Marotinho (São Caetano), Baixa de Santa Rita (São Marcos);

- Contratação através do processo seletivo de profissionais nas áreas de Engenharia Civil, Arquitetura, Meteorologia, Jornalismo, Serviço Social, Administração, Pedagogia, Geologia e Técnico em Edificações (CODESAL, 2016);
- Implantação de espaços comunitários de Defesa Civil;
- Implantação de Defesa Civil nas escolas;
- Instalação de Sistema de Alerta e Alarme em Pedro Ferrão, Bom Juá, Mamede, Baixa de Santa Rita, Vila Picasso, Voluntários da Pátria, Calabetão, e envio de mensagem sms e whatsapp. O sistema emite som de alerta quando da necessidade de evacuação dos seus imóveis.
- Implementação de orçamento próprio e poder de polícia para Defesa Civil, através da Lei 8969/2016 e Decreto 28.299/2017;
- Criação do programa municipal de Redução de Risco de Salvador, com apoio do IPT e UFBA.

A prefeitura também instalou 100 geomantas na cidade, tecnologia de cobertura provisória das encostas para impermeabilização. Mesmo não sendo obras de contenção, pois exercem apenas a função de evitar que a água penetre no solo, as geomantas já garantem o alívio para os moradores atendidos. O governo do estado realizou 99 obras de contenção, a partir de projetos realizados pela prefeitura, tendo em vista que o município não podia captar recursos com o Ministério das Cidades, em função dos superfaturamentos (PJ MAHU, 2021). Segundo dados da Defesa Civil, o município também passou a realizar mapeamento de risco de algumas áreas no período de 2016 a fevereiro de 2023, totalizando 159 áreas (SALVADOR, 2023).

A prefeitura tem implantado sistemas de alarme de emergência, limpeza e drenagem, no entanto, não tem o entendimento global de risco do município. Por isso, a promotoria criou a terceira recomendação, de nº 1/2019, que reitera e adiciona novas solicitações, tais como:

- Avaliação da necessidade de transformar a Defesa Civil em autarquia ou secretaria independente, já que o órgão funciona como uma Diretoria Geral da Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência (SECIS) (CODESAL, 2023).
- Fiscalização das áreas de riscos não integrantes do monitoramento das encostas. Investir em projetos para identificar o limiar das encostas de risco alto e muito alto.

- Criação de banco de dados atualizado com todas as informações pertinentes aos desastres.
- Plano de ação coordenado deflagrado quando ocorrer risco alto e muito alto, necessário um plano formal com protocolo descrevendo detalhadamente o que deve ser feito. O plano deve ser feito para o município e não apenas para as áreas selecionadas pela prefeitura.

A partir de 2019 a prefeitura passou a elaborar um Plano de Contingência apenas para o Centro Histórico da cidade. Segundo o órgão:

O Plano de Contingência que está sendo elaborado pela Codesal com a participação dos órgãos envolvidos, tem como objetivo definir procedimentos, responsáveis e ações a serem adotadas pelos órgãos de forma direta ou indireta, no caso de ocorrência de acidentes nos imóveis do Centro Histórico de Salvador, de forma a salvaguardar a população e o patrimônio histórico-cultural do local (CODESAL, 2023).

O órgão tem realizado cadastro e vistorias nos casarões históricos que compõem o Patrimônio Histórico e Cultural de Salvador para atualizar o cenário e conhecer a situação atual das construções. Os casarões não podem ser demolidos ou vendidos, além de terem custo elevado para realização de reformas ou restaurações e são ocupados por pessoas negras em vulnerabilidade social (SANTOS, MARQUEZINI, 2015). Dessa forma, os casarões têm sido abandonados pelo poder público e submetidos às intempéries naturais para que, à medida que desabam, sejam desapropriados e entregues ao mercado imobiliário (IPHAN, 2015). Em um município com 45,5% da população morando em áreas de riscos de deslizamentos e alagamentos, a prefeitura escolheu um dos principais cartões postais da cidade para construção do Plano de Contingência, no local de recorrentes tentativas de expulsão da população. Dessa forma, o plano se apresenta como uma possibilidade de realização de uma nova faxina social no local.

De acordo com o Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (CEPED), a elaboração do Plano deve ser realizada com ampla participação de diversos órgãos da administração pública e setores sociais, principalmente da população residente. O que não está ocorrendo em Salvador, já que o plano está sendo “elaborado pela Codesal com a participação dos órgãos envolvidos” (CODESAL, 2019).

A participação tende a ampliar a compreensão da população acerca dos riscos e das ações de gestão, reforçando a credibilidade do gestor e de sua equipe, uma vez que a população se sente parte integrante da tomada de decisão. Além disso, favorece o cumprimento de exigências legais em relação à participação e controle social, possui maior probabilidade de o plano corresponder às necessidades reais e se tornar eficiente, além de desenvolver a corresponsabilidade pelos problemas e pelas soluções (CEPED, 2023).

Ao longo de nove anos de atuação da promotoria no caso foram realizadas várias recomendações aos órgãos públicos. No documento, atualizado até o mês de março de 2023, conseguimos identificar a situação das recomendações. Constatamos atendimento integral a quatro delas: duas relacionadas ao sistema de alerta e alarme, uma relacionada a implantação de núcleos comunitários de Defesa Civil e outra relacionada à criação de projeto de lei de atribuições da Defesa Civil.

Àquelas atendidas parcialmente estão relacionadas à Defesa Civil e à cultura de prevenção de risco. Verificamos a reestruturação do conselho municipal de Defesa Civil, reestruturação do fundo municipal de Defesa Civil, investimento em projetos para capacitação da população, dos servidores públicos, principalmente aqueles que integram o sistema municipal de Defesa Civil e professores das escolas próximas às áreas de risco, realização anual da semana de prevenção ao risco e elaboração do plano de contingência. Conforme nos lembra Harvey (2005), as concessões do Estado não tocam no essencial.

O trabalho da prefeitura tem sido realizado desde 2012, e até 2023 ainda temos 40% das recomendações não atendidas. Destacamos a necessidade de se observar as recomendações que podem trazer mudanças importantes no tratamento da questão e podem reduzir o número de mortes, como a atualização do plano de encostas, o respeito a hierarquia do PDE para realização de intervenções, fiscalização das áreas não integrantes do monitoramento das encostas, destinação de recursos para realização de projetos executivos dos riscos já diagnosticados no PDE e em possíveis novas áreas. Neste contexto, é importante destacar a disposição da promotoria no tratamento da questão, a modernização e o trabalho do corpo técnico da Defesa Civil. Contudo, o avanço em relação à temática segue sendo desenvolvido de forma seletiva, emergencial e naturalizando os deslizamentos que ocorrem desde o ano de 1631 (PJ MAHU, 2021).

A promotoria seguiu questionando a prefeitura quanto ao que seria feito com essas áreas não mapeadas, qual planejamento, previsão, cronograma e providências seriam tomadas. Como resposta ao descumprimento da matriz hierárquica, coube a abertura de ações civis públicas para tratamento de 20 áreas de riscos mais demandadas pela população e não inseridas no escopo da prefeitura (PJ MAHU, 2021). A ideia é que fosse criada uma comissão interdisciplinar para avaliação das áreas e a inclusão destas na matriz de prioridade, caso necessário.

A abertura dos inquéritos ocorreu com o despacho solicitando à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e à Superintendência de Obras Públicas do Salvador (SUCOP) relatório atualizado das obras de contenção dos últimos quatro anos e análise das obras concluídas, para observar quais fazem parte da matriz de hierarquização estabelecidas pelo PDE. A CONDER indicou que respeita a hierarquia estabelecida no PDE, mas até o momento não forneceu a lista das obras executadas. A prefeitura apresentou a lista das obras realizadas entre os anos de 2014 a 2022, período concomitante ao trabalho da promotoria.

A prefeitura executou 181 obras, sendo 169 concluídas, 11 estavam em execução e 9 paralisadas. Observamos a realização de obras em setores de maior visibilidade da cidade e não necessariamente de risco muito alto ou alto, conforme determina o PDE (PJ MAHU, 2021), além disso, há obras em áreas que nem são de encostas. Verificamos a execução de obras em avenidas principais como a avenida Gal Costa, em São Marcos, avenida Vasco da Gama próximo ao Dique do Tororó, em edificações institucionais como batalhão da Polícia Militar na Praça da Sé (Centro Histórico), unidade de saúde de Brotas e sobretudo na zona turística que se estende da Orla Atlântica à Avenida do Contorno, no Centro Histórico.

Merece destaque a obra de alvenaria de pedras executada em 2015 na praça Luiz Sande, situada ao lado do hotel Othon Palace na Avenida Oceânica em Ondina, que durante o carnaval integra o circuito Barra/Ondina. Esta obra não está em área de risco. A praça possui espaço para atividades de lazer e foi “requalificada” para que, durante o carnaval seja ocupada pelo Camarote Salvador (SANTOS, A., 2014). Uma parceria público privada entre a Prefeitura Municipal e a empresa realizadora do Camarote (SANTOS, A., 2014). O camarote que vende passaportes organizados por “sexo” para o carnaval de 2024 no valor total, para

cinco dias de festa, de R\$ 7.825,00 para o público feminino e R\$ 11.675,00 para o masculino (ENTRETENIMENTO, 2023).

Outra obra que merece menção é a alvenaria de pedras executada em 2018 onde está situada a Arena Aquática de Salvador, na praça Wilson Lins na Avenida Otávio Mangabeira, Pituba. A arena conta com piscina olímpica e outra semiolímpica sendo destinada a formação de atletas e disputas de natação. O equipamento é resultado de um acordo de cooperação técnica entre Prefeitura, Aeronáutica, Ministério dos Esportes e a Myrtha Pool, empresa italiana que fabricou e montou a piscina (SALVADOR, 2023). Esta obra também está localizada em área não classificada como de risco no PDE.

Se por um lado as cidades inseridas na guerra dos lugares são sistematizadas a partir das lógicas da reprodução capitalista e tem o Estado ofertando facilidades, como infraestrutura e condições básicas adequadas (GUSMÃO, 2017), por outro lado vemos o Estado ausente nas demandas de sua população. Percebemos que as atuações do Estado tendem a privilegiar a manutenção de sua própria infraestrutura, como construções institucionais, vias públicas e territórios que são comercialmente mais explorados com o turismo, além de parcerias público privadas.

Outro órgão competente para deliberar sobre as questões municipais é a Câmara Municipal de Salvador. Nela, observamos a ausência de propostas de indicações de planos estruturais e preventivos, embora alguns vereadores de oposição cobrem a atualização do PDE, mas no geral: “não tem política de enfrentamento, só a lona preta” (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2011). Estas lonas servem como um paliativo, já que não resolvem o problema e podem criar inclusive condições que podem vir a favorecer deslizamentos futuros. Isto porque este material em contexto tropical, como o de Salvador, pode criar um microambiente que não é propício para a regeneração da porosidade do solo pela atividade biológica, o que poderia permitir maior infiltração e, em alguma medida, redução do risco. Este elemento precisa ser melhor investigado para uma real noção do impacto deste tipo de intervenção.

Observamos também visitas às comunidades e transferências de responsabilidades entre vereadores da base do Governo Estadual e Municipal, quando ocorrem as mortes por deslizamentos. Notamos que tais fatos ocorrem no calor das tragédias e aparentam apenas



justificar e se livrar de acusações. Sena (2021) analisando os discursos hegemônicos sobre a temática entre 2009 a 2018 destaca que as reportagens sobre essa pauta ocorrem somente no período chuvoso e se destinam a justificar o trabalho do Estado prestando algum tipo de “assistência” aos atingidos pelas chuvas e garantir a culpabilização dos sujeitos pela condição de risco. Já que são mortes que “ninguém se sente obrigado a responder”, onde não há sentimento de responsabilidade ou de justiça (MBEMBE, 2017, p. 63).

Sobre a destinação de verbas, em sessão no ano de 2013, a vereadora Aladilce questionou a aplicação dos 126 milhões de reais que a Prefeitura obteve com o Bradesco, que deveriam servir para a realização de obras de contenção. Em defesa da prefeitura, a vereadora Eron Vasconcelos disse que a municipalidade usou o dinheiro para adimplemento de dívidas, pois não era perdulária (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2013).

Mesmo após as mortes por deslizamentos em 2015 a prefeitura optou por aplicar mais de R\$ 70 milhões na reforma do Rio Vermelho (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2016a), construir praças, e enfeitar a orla da cidade (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2016b). Uma das vereadoras criticou a gestão municipal citando que nas previsões dos investimentos para 2015, “será gasto quase o mesmo valor com festas do que o previsto para obras de estabilização de encostas” (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2015a). Outro vereador criticou as obras da prefeitura no bairro Rio Vermelho, bairro turístico da cidade onde o dinheiro público seria gasto “com um projeto que não foi debatido com a sociedade” (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2015b), cuja obra custaria R\$ 72 milhões (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2015b).

Por fim, o vereador Hilton Coelho traduziu a política de mortes exercida pelo poder público sustentada pela tecnoesfera, via destinação de recursos para a maquiagem urbana, e a psicoesfera a partir do descaso e abandono da população e a naturalização dos eventos de deslizamentos:

É preciso sempre destacar que 15 pessoas morreram por falta de investimentos em obras estruturais de contenção de encostas, coleta de lixo, de entulhos, e escoamento. Enquanto isso, só a Barra consumiu R\$ 60 milhões. Os problemas criados pelas inundações, enchentes e transbordamentos mostraram a verdade que estava oculta. Repetimos que tragédias relacionadas a deslizamentos e ocupação irregular de encostas não são novidades em Salvador, porém não podem ser encaradas como naturais (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2015c).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colocação de lonas pretas foi por um bom tempo a principal política preconizada pelos órgãos públicos de Salvador em atendimento às encostas que apresentam risco de deslizamentos. Os eventos de deslizamentos são históricos no município, sobretudo onde reside uma população negra em condições de vulnerabilidade social. O Plano Diretor de Encostas construído em 2004 com duração de dez anos foi um importante instrumento de análise do panorama geral de risco no município. Identificamos a necessidade de atualização do PDE e enfrentamento real do problema.

Com o trabalho da Promotoria Estadual de Justiça foi possível observar o descaso das gestões municipais. Com o trabalho iniciado em 2012, oito anos após a elaboração do PDE, observamos um cenário de completo abandono em relação à temática. Foram identificados devolução de verbas ao governo federal por falta de utilização, mesmo com a proposição de ações estabelecidas no PDE, do mesmo modo, suspeitas de superfaturamento em obras de contenção e a precariedade da Defesa Civil. O trabalho da promotoria ocorreu de 2012 a março de 2023, ao longo do qual observamos o custoso atendimento das recomendações estabelecidas por especialistas e pela justiça. O atendimento das recomendações tem ocorrido de forma indireta, emergencial e de acordo com a conveniência e interesse da prefeitura. E esta se apresenta como grande parceira do mercado, oferecendo infraestrutura e condições básicas executando obras em espaços de maior visibilidade da cidade e investindo no marketing para se justificar a seus eleitores. Enquanto os espaços que precisam de atendimento são esquecidos, a população é silenciada e deixada à própria sorte.

Na Câmara Municipal observamos o jogo de disputas políticas que operam desde a justificção, transferência de responsabilidades, orientação da destinação de verbas públicas, mas também atuação de vereadores cobrando aplicação de verbas, atualização do PDE.

Esperamos que este trabalho possa contribuir com o diálogo dentro da Geografia Física Crítica, levantando possibilidades para novos trabalhos dentro da temática, principalmente sobre as inúmeras lacunas que se apresentam, tais como inventário da suscetibilidade e vulnerabilidade dos territórios não abrangidos pela municipalidade, como estão funcionando as recomendações feitas aos órgãos públicos, qual a atuação dos movimentos negros e de moradia de Salvador dentro da problemática. Para que possamos

pensar juntos possibilidades de colaborar na luta da população negra de Salvador pelo direito básico à vida em segurança.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS. **II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**. Rio de Janeiro: Fibge, 2006. p. 1 - 5. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/30665701-Vulnerabilidade-ambiental-processos-e-relacoes-henri-acselrad.html>>. Acesso em: 26 abril. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12608, de 10 de abril de 2012**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC. Brasília, DF, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm). Acesso em: 11 abril 2023.

BRASIL. Osvaldo Luiz Leal de Moraes. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden (org.). **Aspectos técnicos dos extremos geo-hidrológicos no país e as diferenças regionais**. São José dos Campos, 2022. 194 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **24ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 16ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011**.: VII. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 30 jun. 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **48ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2013**.: VII. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 19 jun. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Arnando Lessa critica obras da prefeitura no Rio Vermelho**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 16 jul. 2015a.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Solidariedade da vereadora Vânia Galvão**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 29 maio 2015b.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Hilton afirma que auxílio emergência poderia ser melhor**: XI. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 5 maio 2015c.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Vereadora visita Colinas de Pituáçu e alerta para risco de deslizamentos**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 19 jul. 2016a.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Trindade cobra do prefeito Plano Diretor de Encostas**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1 set. 2016b.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTELIS, Manuel e BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. In *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, julho/1996, p. 152-166.

Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil - CEPED. **Curso online de Elaboração do Plano de Contingência para Riscos de Desastres**. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.escolavirtual.gov.br/aluno/cursos/informacao/9880958>>. 2023.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **ENTRE O CORPO E A TEORIA**: a questão étnico-racial na obra e na trajetória socioespacial de Milton Santos. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CODESAL. **Relatório final Operação chuva**. Salvador: Defesa Civil, 2016. Disponível em: <[http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op\\_chuva/RELATRIO\\_OP\\_CHUVA\\_2016.pdf](http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op_chuva/RELATRIO_OP_CHUVA_2016.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CODESAL. **Relatório final Operação chuva**. Salvador: Defesa Civil, 2019. Disponível em: <[http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op\\_chuva/RELATRIO\\_OP\\_CHUVA\\_2019\\_compressed.pdf](http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op_chuva/RELATRIO_OP_CHUVA_2019_compressed.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CODESAL. **A CODESAL**. Salvador: Defesa Civil, 2023. Disponível em: <<http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/index.php/a-codesal>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ENTRETENIMENTO, Premium. **Ingressos Camarote Salvador 2024**. 2023. Disponível em: <https://camarotesalvador.com.br/ingressos/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

FIGUEIREDO, Glória Cecília; AMORIM, Nayara Cristina Rosa; MOREIRA, Taiane. Cidade de Salvador: o desencontro entre a política e o urbano. In: GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora. **Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**: construindo possibilidades. Salvador: Edufba, 2019. Cap. 1. p. 19-58.

GUIMARÃES, Renato Fontes et al. Movimentos de Massa. In: FLORENZANO, Teresa Gallotti (Org.). **Geomorfologia**: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. p. 159-184.

GOMES, Almerinda; SANTOS, Elisabete; SOUZA, Joilson; ANDRADE, Bruno; SANTOS, Mateus; FREIRE, Maurício. Salvador: ecos da escravidão e da desigualdade em uma economia periférica. In: SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia; BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson. In: SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia; BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson; GAMA, Cintia Mendes; FRÓES, Fátima (org.). **QualiSalvador**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2021.

GUSMÃO, Roney. Requalificação pela desqualificação: o discurso da reurbanização no “novo” Rio Vermelho. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 2, p. 531-549, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.



HARVEY, David. A teoria marxista do Estado. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Cap. 3. p. 75-94.

IBÁÑEZ, Mario Rodríguez. Ressignificando a cidade colonial e extrativista. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2016. Cap. 8. p. 296-335. Tradução Igor Ojeda.

IBGE. CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS - CEMADEN. População em áreas de risco no Brasil. Rio de Janeiro: CEMADEN, 2018. 91 p. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101589.pdf>> Acesso em: 15 abril. 2023.

IPHAN. **Ladeira da Preguiça**: iphan recomenda a demolição dos imóveis e aplica multa aos responsáveis. Iphan recomenda a demolição dos imóveis e aplica multa aos responsáveis. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalh>. Acesso em: 24 nov. 2023.

LANE, Stuart N.; BIERMANN, Christine; LAVE, Rebecca. Towards a Genealogy of Critical Physical Geography. In: LAVE, Rebecca; BIERMANN, Christine; LANE, Stuart N. **The Palgrave Handbook of Critical Physical Geography**. Londres: Palgrave, 2019. Cap. 2. p. 23-47.

LAVE, Rebecca; WILSON, Matthew W.; BARRON, Elizabeth S.. Intervenção: geografia física crítica. **Espaço Aberto**: Revista do Programa de Pós em Geografia, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 77-94, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/25397/13803>. Acesso em: 22 set. 2023.

LIBAULT, André. **Os quatro níveis da pesquisa geográfica**. Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1971.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014. 299 p. Tradução Marta Lança.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Artes & Ensaios, n. 32, pp. 122-151, 2016.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017. 243 p. Tradução Marta Lança.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO E URBANISMO (PJ MAHU). **Recomendação no01/2021**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2021.

PINHO, Hortensia Gomes. O PDM de Salvador e a apropriação empresarial do planejamento, gestão e governança da cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUR, p. 1-15, 2017.

ROSSI, Renata Alvarez; SILVA, Silvana Oliveira da; NASCIMENTO, Maria Vitória. Olhares interseccionais sobre a qualidade do ambiente urbano nos bairros de Salvador. In: SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia; BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson. In: SANTOS, Elisabete;

BENEVIDES, Tânia; BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson; GAMA, Cintia Mendes; FRÓES, Fátima (org.). **QualiSalvador**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2021.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal do Saneamento e Infraestrutura Urbana. Coordenadoria de Áreas de Risco Geológico. **Plano Diretor de Encostas - PDE**. Volume Síntese. Salvador, 2004. 48 p.

SALVADOR. **Lei nº 9069 de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2016 e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador-ba>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SALVADOR, Prefeitura de (org.). **Arena Aquática Salvador**. Disponível em: <http://www.arenaaquatica.salvador.ba.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SANTOS, Adoniran da Silva. **ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: PRAÇA LUIZ SANDE E CAMAROTE SALVADOR**. Dissertação de Mestrado—Salvador: FACULDADE DE ARQUITETURA - FAUFBA, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 4ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2014.

SANTOS, Gil; MARQUEZINI, Giulia. **Mais de 15 imóveis em risco ou atingidos por deslizamentos já foram demolidos em Salvador**. Correio: o que a Bahia quer saber. Salvador, 20 de mai de 2015. Disponível em <<https://www.correio24horas.com.br/salvador/mais-de-15-imoveis-em-risco-ou-atingidos-por-deslizamentos-ja-foram-demolidos-em-salvador-0515>>. Acesso em 24 de nov de 2023.

SENA, D. J. **Análise dos discursos hegemônicos na construção do risco e do racismo ambiental na perspectiva da Geografia do Clima**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021. 52 p.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2002. 113 p.

SOUZA, J, F, da S. **RISCOS SOCIOAMBIENTAIS, RACISMO ESTRUTURAL E DESLIZAMENTOS EM SALVADOR**. 2021. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. 66 p.

URBAN, Michael A. In Defense of Crappy Landscapes. In: LAVE, Rebecca; BIERMANN, Christine; LANE, Stuart N. **The Palgrave Handbook of Critical Physical Geography**. Londres: Palgrave, 2019. Cap. 3. p. 44-66.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-102.

VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. Trad. Dilson Ferreira. São Paulo: Contexto, 2007.

ZANGALLI JUNIOR, Paulo C.; ALVES, G. B. A cidade que não combina com a chuva: risco e vulnerabilidade em Salvador. In: SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia; BORJA,



XV  
ENAN  
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA

Patricia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson; GAMA, Cintia Mendes; FRÓES, Fátima (org.).  
**QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia.** Salvador: Edufba, 2021. p. 95-114.